

Religião e Revolução nas principais obras de Edmund Burke e Alexis de Tocqueville

Christian Jecov Schallenmueller¹

Resumo: O artigo propõe discutir as relações entre religião e revolução segundo as considerações de Edmund Burke e Alexis de Tocqueville a propósito do desencadeamento da Revolução Francesa. Há um diálogo rarefeito entre os autores estabelecido pelo pensador francês, especialmente em sua obra *O Antigo Regime e a Revolução*. Mas a proposta aqui será justamente aprofundar este diálogo. Este procedimento possibilitará revisitar as comparações realizadas pelos dois autores entre a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa e tratar dos respectivos (porém divergentes) papéis desempenhados pela religião em cada uma delas. Por fim, haverá uma tentativa de identificar os principais distanciamentos e aproximações nas análises de ambos os pensadores a respeito do tema.

Palavras-chave: Religião – Revolução – Burke – Tocqueville.

Introdução

Edmund Burke e Alexis de Tocqueville não eram propriamente contemporâneos, afinal o primeiro morreu em 1797, ainda antes da tomada do poder por Napoleão na França, e o segundo nasceu apenas em 1805, e vivenciou, portanto, não a primeira, mas as sucessivas revoluções que se superpuseram ao longo do século XIX na França, especialmente em 1830 e 1848. Porém tinham origens sociais parecidas. Embora apenas o francês descendesse propriamente de uma família aristocrática, o irlandês também conseguira adentrar os nichos da aristocracia inglesa, galgando até o posto de secretário do primeiro-ministro do partido Whig. Ambos também foram eleitos para cargos do Legislativo, tendo dedicado boa parte de suas vidas às atividades e aos debates políticos na esfera pública.

¹ Mestrando em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A proposta deste artigo é verificar como estes dois autores, cujas origens sociais estavam sendo tragadas pelas profundas transformações que se processavam na Europa entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, reagiram a elas e as interpretaram. Mais especificamente, tratar-se-á de examinar como estes dois eminentes escritores da história do pensamento político analisaram as relações entre a religião e a Revolução Francesa e compararam estas relações com seus pares nos casos revolucionários inglês e norte-americano.

Para tanto, no caso de Burke, será dada atenção aos argumentos centrais de sua obra mais conhecida e completa sobre o assunto, *Reflexões sobre a Revolução em França*. No caso de Tocqueville, farei referência, preferencialmente, a *O Antigo Regime e a Revolução*, já que o objetivo primordial aqui é destacar as relações entre a religião e a Revolução Francesa. Mas *A democracia na América*, especialmente sua introdução, a qual faz comparações entre os casos revolucionários norte-americano e francês, também servirá de apoio para a análise aqui empreendida. No curso e ao cabo do trabalho serão ensaiadas algumas interpretações acerca das afinidades e distanciamentos dos dois autores em relação ao tema.

Religião e revolução na obra de Burke

Reflexões sobre a Revolução em França é fruto de correspondência entre Burke e um fidalgo de Paris, pela qual o autor irlandês revela suas críticas em relação aos acontecimentos políticos (então muito recentes, de pouco mais de um ano) que se sucederam na França após a queda da Bastilha, em 1789.

O objetivo central da carta gira em torno da tentativa de Burke de persuadir seu interlocutor a respeito do fato de que, ao contrário do que acreditariam alguns revolucionários franceses e alguns entusiastas ingleses, a Revolução Francesa não se inspirara propriamente na Revolução Inglesa e na Declaração dos Direitos da Inglaterra.² Pois os ingleses não teriam tentado fazer *tabula rasa*

2 BURKE, *Reflexões sobre a Revolução em França*, p. 109.

do passado e das antigas instituições que configuravam a base de seu Estado e sociedade, isto é, a monarquia e a religião. Para Burke, na medida em que o Parlamento inglês manteve o instituto da sucessão na linhagem protestante do trono, os ingleses renunciaram ao direito de escolher quem os governaria.³ Este exemplo resumiria o sentido das reformas realizadas pelos ingleses, sempre respeitando, em muitos aspectos, as continuidades necessárias à estabilidade e à durabilidade da organização social.

Por outro lado, a abstração dos direitos naturais reivindicados pelos filósofos franceses conduziria a um impasse em sua efetivação, pois os direitos só podem ser conquistados e garantidos historicamente, ou seja, na medida em que se inscrevem na forma social. A política, neste sentido, é interpretada e encarada em sua peculiaridade (mais do que histórica) circunstancial.⁴ Não seria possível julgá-la *a priori*, mas apenas após os eventos que aproximariam ou afastariam os homens da riqueza e do bem-estar.

Sem levar em conta estas considerações, a Revolução Francesa teria arrasado os dois princípios que a própria França ajudara a fundar: a religiosidade e o cavalheirismo. Teria sido este último que, segundo Burke, sem distinguir as classes, produzira uma nobre igualdade. O cavalheirismo teria estabelecido entre os reis e seus vassallos uma espécie de camaradagem, obrigando os soberanos a se submeterem à estima social e um tirano a ceder às boas maneiras. É por isso que, referindo-se mais uma vez aos franceses, Burke assevera:

Todas as agradáveis ilusões, que tornaram o poder gentil e a obediência liberal, que harmonizaram os diferentes tons da vida e que, por branda assimilação incorporaram na política os sentimentos que embelezam e suavizam as relações particulares, deverão ser dissolvidas pela conquista recente da luz e da razão.⁵

3 BURKE, *Reflexões sobre a Revolução em França*, p. 58.

4 BURKE, *Reflexões sobre a Revolução em França*, p. 50.

5 BURKE, *Reflexões sobre a Revolução em França*, p. 101.

E mais adiante:

Não veremos nunca mais as manifestações de submissão orgulhosa, de obediência digna, de subordinação do coração, que, até na servidão, conservava vivo o elevado espírito da liberdade.⁶

Assim como Hume, Burke propõe que na política sejamos razoáveis, sem sermos racionalistas. Para o filósofo escocês, por toda parte se reconhece que a beleza, tanto quanto a virtude, está no meio-termo; a grande questão, no entanto, é onde se localiza esse meio-termo, e ela jamais pode ser suficientemente elucidada por raciocínios gerais.⁷

O costume tem papel central na filosofia humeana, que influenciou sobremaneira o pensamento anglo-saxão: é por meio dele, e não pelo seguimento de regras pré-estabelecidas, que se pode desenvolver mais adequadamente a delicadeza de gosto em oposição à parcialidade das paixões naturais. A delicadeza de gosto e a articulação entre refinamento e simplicidade não se fundam numa lei, ao contrário, são consuetudinárias.

Seguindo esta mesma linha, Burke afirma que os costumes sedimentados pela nobreza e a moral cultivada pelo clero eram os dois pilares que sustentavam a unidade e a estabilidade do corpo político, integrando concidadãos de classes distintas. Mas o império da razão na França passaria por cima de tudo isso, fazendo do rei e da rainha apenas um homem e uma mulher. E neste contexto, se o povo ganharia com o regicídio, este se tornaria apenas uma espécie de homicídio perdoável, o qual não conviria contestar ou refletir. A fonte de tudo isso teria sido a filosofia bárbara elaborada por alguns pensadores franceses, segundo a qual os próprios interesses privados ou as especulações individuais são o que levaria um homem a anuir ou não às leis.

Por isso, a razão que bane as afeições, os costumes e o cavalheirismo, não é capaz de substituí-los no que diz respeito à obediência da lei, à sua efetividade.

6 BURKE, *Reflexões sobre a Revolução em França*, p. 109.

7 HUME, *Ensaaios morais, políticos e literários*, p. 48.

Neste sentido, Burke indica que o poder que sobrevive à ruína dos costumes deve encontrar meios piores de se sustentar, sobretudo valendo-se da força. A rudeza e o ateísmo da Assembléia Nacional francesa permitiriam ver que a liberdade que ela propagava não era liberal, pois seria desprovida das afeições, como a tolerância, que o liberalismo exigiria. O maior problema seria justamente que a França fora o berço daqueles dois princípios (de religiosidade e de cavalheirismo). Daí o interesse de toda Europa por seus acontecimentos a partir de 1789.

É justamente neste ponto que incide o engajamento de Burke enquanto intérprete das revoluções. Seu objetivo, como aludido acima, é mostrar que a Revolução Francesa não seria a continuação e o aprofundamento das Revoluções Inglesas. As transformações vivenciadas pelos dois países teriam causas e consequências distintas. Portanto, a Revolução Francesa não teria nada a ensinar aos ingleses, ao contrário do que o proselitismo de seus revolucionários e o entusiasmo cego de alguns ingleses queriam fazer transparecer. Enquanto os ingleses ainda prezavam os costumes e a religião, ou seja, suas marcas mais duradouras e civilizadoras do passado, os franceses os negavam.

Graças à nossa obstinada resistência à inovação, graças à lentidão fria de nosso caráter nacional, ainda carregamos a marca de nossos antepassados. Creio não termos perdido a generosidade e a dignidade do modo de pensar do século XIV, e, até o presente, ainda não nos transformamos em selvagens.⁸

De modo inverso, os sentimentos não naturais estimulados na Revolução Francesa tornariam os homens aptos a experimentar a escravidão regida pela imposição do mais forte, não a liberdade. Deixar a cada indivíduo a possibilidade de julgar tudo o que os costumes e a cultura já produziram equivaleria a permitir que cada um raciocinasse segundo seus interesses privados e egoísticos.

Para Burke, ao contrário, o preconceito é o que torna a razão ativa, orientando-a no terreno em que ela pode se debruçar e dando os parâmetros a partir

8 BURKE, *Reflexões sobre a Revolução em França*, p. 107.

dos quais ela pode evoluir. Sem ele, há apenas a anarquia de uma razão desprovida de qualquer suporte, de quaisquer axiomas que conferem uma base comum ao pensamento dos diferentes indivíduos.

É neste ponto que entram a Igreja e a religião. Elas forneceria o que Burke chama de “preconceito da razão”, os princípios a partir dos quais se deve dar a sociabilidade e os quais não devem ser contestados. Eles seriam o ponto de partida. E sem eles só restaria o império das razões individuais. Neste sentido, a Igreja não teria sido responsável apenas pela criação do Estado, mas também por sua conservação. Afinal, a idéia de que ao cabo de nossas vidas haverá um Deus que julgará os homens impediria o império da anarquia e impeliria os homens à obediência e à tentativa de elevação do espírito. A Igreja seria fundamental porque seus princípios se colocam mesmo acima do poder temporal, e por isso mesmo os príncipes seriam imputáveis a Deus. A religião é o que está acima e fora do poder temporal; ela seria a base da sociedade civil e a fonte de todo o bem e de toda a felicidade. O grande trunfo da estabilidade, da harmonia e da grandeza do império inglês, estaria no fato de ter conservado a Igreja, a aristocracia e a democracia. Burke tenta mostrar também que o Estado inglês estaria ligado ao arquétipo da perfeição, seria uma espécie de espelho mundano do reino dos céus. Mesmo o ensino na Inglaterra educaria sobre a crença na instituição religiosa estatal, imprescindível para o que Burke chama de culto público, uma espécie de devoção temporal ao Estado, à pátria, aos deveres públicos e à comunidade. A educação religiosa ajudaria no desenvolvimento da moderação e da virtude dos sentimentos de todas as classes, abrandando as tentações às quais todos estão expostos. Por todos esses motivos, o autor afirma que a Igreja e o Estado são inseparáveis.

Os franceses, porém, viveriam apenas em função de suas novas descobertas, as quais, desta forma, não teriam durabilidade e seriam substituídas umas pelas outras conforme o poder de quem as carregava. Por isso que, conforme o autor irlandês, uma democracia perfeita seria “a coisa mais vergonhosa do mundo”. Não se podem substituir verdades e vontades mundanas pelas do reino dos céus: não se deve, conforme Burke, sob a aparência de uma falsa liberdade,

exercer, de baixo para cima, uma dominação contra a natureza, submetendo o governo aos caprichos de momento da turba. Somente a religião pode ajudar no livramento da ambição egoísta. Somente com ela o exercício da autoridade pode ser encarado (como deveria) enquanto algo sagrado. Sem a religião caem por terra as medidas de valores, as referências morais. Sem o gozo das conquistas precedentes, anulando-se o passado, tudo regride: as artes, as ciências, a política etc. E a coisa pública se esmigalha no individualismo.

No bojo da análise de Burke sobre a economia política da Revolução Francesa, os atos da Assembléia sobre os tributos e sobre a propriedade são essenciais para se capturar o verdadeiro sentido da revolução. No fundo, o confisco realizado na França, sob o pretexto dos direitos humanos, seria baseado tão-somente no interesse e na vontade do capital.⁹ De modo bem diverso, na Inglaterra, até Henrique VIII tivera que se justificar melhor para fazer seus confiscos.

Um dos tiranos mais decididos que a História registra se curvava a essas necessidades [...], antes de tentar o confisco, por um ato do Parlamento. Se o destino tivesse reservado ao nosso tempo a possibilidade de empregar quatro termos para justificar sua conduta, nada mais simples do que declamar: *Filosofia, Luz, Liberdade, Direito do Homem!*¹⁰

Esta passagem reafirma o ceticismo e a crítica de Burke em relação ao aprofundamento do Iluminismo, se desacompanhado das bases sólidas dos preconceitos da religião e do cavalheirismo nobre.

O autor investiga um dos aspectos fundamentais da inconsistência dos argumentos dos confiscadores franceses, pois, ao contrário do que acreditavam, não era questão de necessidade realizar os confiscos, vez que, segundo Burke, com outras medidas tributárias já seria possível sanar boa parte da dívida pública francesa. Com isso, o autor mais uma vez reforça sua tese de que o desrespeito

⁹ POCOCK, *A economia política na análise de Burke da Revolução Francesa*, pp. 245 e ss.

¹⁰ BURKE, *Reflexões sobre a Revolução em França*, p. 130.

das propriedades do clero e da nobreza agia em favor dos interesses do capital da burguesia ascendente. Os bens da Igreja eram utilizados como meio de garantir os créditos tomados pelo poder público e como lastro das dívidas públicas, as quais cresciam descontroladamente no curso da revolução.

Outra das causas reais do confisco na França seria a tentativa de exterminar as prerrogativas do clero e da nobreza e abrir caminho para a ascensão da burguesia, que não tinha os mesmos direitos de acesso a boa parte das terras. Por isso, ela teria conseguido aproveitar o rancor dos pobres diante do dinheiro e da ostentação da coroa para fazê-los se unirem contra o rei e contra os sacerdotes franceses.

O capital, de acordo com Burke, seria uma força mais dinâmica, mais mobilizável, mais disposta a aventuras do que as amarras morais associadas à nobreza e ao clero. O capital seria muito mais aberto às inovações. Em função disso, soube fomentar escritores que faziam o escárnio da nobreza e do clero em farsas teatrais e que mostravam preocupações com os pobres. Neste sentido, estes escritores passariam a se constituir no elo entre os hostis detentores do capital e o desespero dos miseráveis, ajudando no plano de destruição do cristianismo.

Dessa forma, a razão de todo o confisco teria sido, de um lado, detonar as bases do clero e da nobreza, desrespeitando suas propriedades, e de outro, favorecer os interesses do capital, que poderia então adquirir as terras a baixos preços.

Mas Burke acredita que, dada sua centralidade, a Igreja deveria ser deixada em paz, sem perturbações. Não caberia dizer, por exemplo, que uma terra da Igreja seria “improdutiva”, pois sua “produtividade” seria imaterial e mesmo assim incomparavelmente útil para a formação da nação. Para que a Igreja não se tornasse dependente do Estado, o ideal seria que ela não tivesse suas poses vinculadas a ele, sendo proprietária de seus prédios, fazendas, paróquias e habitações. Essa independência seria importante porque desta forma a Igreja poderia ter sua linha de frente nas Cortes e no Parlamento, podendo se envolver, inclusive, na nação inteira, sem intermediação do Estado e misturando-se com todas as classes sociais.

Na Inglaterra, assevera Burke, seria imponderável realizar o confisco de um só cidadão sequer em nome do público. O direito de propriedade inglês seria

tido como um dos mais sagrados. Além disso, Burke lembra que a herança não seria o único fundamento extra-econômico para a transmissão de propriedade. O direito à terra da Igreja já seria reconhecido há séculos, incorporando a jurisprudência de todos os países cristãos. Ademais, a Igreja sempre tivera várias imposições ao usufruto de suas propriedades, como, por exemplo, o dever de dedicar parte de seu trabalho à caridade perante os mais pobres. Burke ressalta que seria melhor que a propriedade ficasse nas mãos de quem tem deveres e obrigações, e sabe honrá-los, do que nas daqueles que se regem apenas pelos desejos e vontades privadas.

Revolução e religião na obra de Tocqueville

Tocqueville escreveu *O Antigo Regime e a Revolução* em meados do século XIX, portanto com a possibilidade de adotar um certo distanciamento que o tempo lhe permitia em relação ao processo revolucionário. Sua proposta nesta obra foi resgatar as razões gerais e particulares que culminaram na Revolução Francesa de 1789 e em suas seguidas reviravoltas posteriores. É neste sentido que o autor frisa que, sem se conhecer o Antigo Regime, não se entende a própria revolução.¹¹

O prefácio de seu livro apresenta as hipóteses e antecipa algumas de suas conclusões gerais. Assim como Burke, Tocqueville ressalta que a Revolução de 1789 tentara fazer *tabula rasa* do passado, mas, de forma diferente do irlandês, afirma que ela não fora tão bem-sucedida neste seu empreendimento. O governo revolucionário teria mantido alguns dos vícios que mais condenava no Antigo Regime.

Apesar dos erros da revolução, o autor acredita que a humanidade conservará lembranças contra tentativas futuras de corrupção ou escravidão. Mesmo assim, ele se mostra engajado no apontamento daqueles vícios, dentre os quais o esquecimento da liberdade, que teria possibilitado a emergência de um governo forte e mais absoluto do que o monárquico.¹² O esquecimento da liberdade relegara a soberania do povo a um sufrágio desprovido de discussões; e a censura

11 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 176.

12 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 45.

e a diminuição das liberdades civis selariam a manutenção apenas da máscara da revolução em seus anos subseqüentes. Para Tocqueville, somente o revigoramento da liberdade pública pode retirar os homens do isolamento provocado pela própria independência que a revolução trouxe: saindo mais uma vez de sua esfera privada, os homens poderão se reaproximar pela necessidade de se entenderem e de se persuadirem.¹³

O autor também elucida três processos que teriam se erigido com o advento da Revolução Francesa e que a partir de então passariam a ser incontornáveis.¹⁴ Em primeiro lugar, a democracia¹⁵: em contraposição ao que tenta fazer Burke, ao invés de evitá-la, seria preciso antes educá-la. Em segundo lugar, Tocqueville alerta que não escaparão ao absolutismo revolucionário aqueles países que exterminarem rápido demais a aristocracia, pois, na esteira de Burke, sem os antigos costumes restariam apenas os interesses particulares e o despotismo tornar-se-ia irresistível, vez que os cidadãos estariam desfalcados da paixão comum e da necessidade mútua de sua liberdade pública. Em terceiro lugar, o autor francês argumenta que seria justamente neste tipo de sociedade que o despotismo revelar-se-ia mais nocivo. A distância dos homens em relação aos negócios públicos teria feito da vontade de enriquecer a regra na sociedade.

Entre as razões de fundo da revolução, Tocqueville descreve como o Estado, no século XVIII, tornara-se o principal empresário da França, fazendo inúmeras obras de infra-estrutura que estimulavam o desenvolvimento do comércio e da indústria, ao mesmo tempo em que se configurava no principal consumidor desta mesma indústria e do capital financeiro privado. Em outras palavras, o Estado estimulava o comércio e a indústria ao mesmo tempo em que se endividava com eles.

Perante a dívida pública, os credores privados se viam prejudicados com os atrasos nos pagamentos e com a ausência de garantias para seu reembolso. Por

13 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 47.

14 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 46.

15 Vale destacar que, para Tocqueville, democracia não se refere a um regime político, mas diz respeito à sociedade, à igualdade de condições, à equalização de hábitos, mentalidade e gosto.

isso, a má administração pública se tornava tão preocupante e objeto de interesse central da burguesia. Os homens de negócios e de dinheiro, neste contexto, passariam a querer reformas mais profundas no sistema de finanças, sem perceber que com isso endossavam o espírito revolucionário que emergia. Este processo teria levado a fortuna privada se imiscuir na pública. Mais uma vez importa destacar outro ponto de afinidade da análise de Tocqueville com a de Burke, aqui no tocante à centralidade da economia política para a revolução.

É neste sentido que o aristocrata francês escreve a respeito da precedência das reformas administrativas sobre a revolução política. No último capítulo de seu livro, ele frisa que Burke não teria entendido que a própria monarquia preparara a revolução, a qual, portanto, não era obra exclusiva do Iluminismo e da ditadura da vontade geral. A contradição de tentar conciliar a liberdade política com a Administração única e todo-poderosa teria conduzido a inúmeras e sucessivas confusões no curso da revolução, que teria ensejado tentativas vãs de constituição de governos livres com outras revoluções que se sobrepunham. No fim, os franceses perceberiam que viver entre iguais sob um senhor (Napoleão) seria a melhor solução. O fracasso da liberdade estaria no fato de que ela era antes o instrumento, e não o fim verdadeiro da revolução. O fim verdadeiro da revolução seria a igualdade.

Eis que chegamos, então, ao que Tocqueville considera como a principal razão de fundo da revolução, o desejo de igualdade. E este desejo só pôde se desenvolver porque havia progressivamente uma situação de igualdade entre os homens.¹⁶ Enquanto os homens são muito desiguais, a idéia de igualdade lhes parece incompreensível. Entretanto, segundo Tocqueville, vários povos estariam (entre o final do século XVIII e durante o século XIX) numa condição de crescente igualdade entre seus cidadãos, situação em que os ideais revolucionários seriam mais fecundos.¹⁷

Aliás, quase toda a Europa teria constituído instituições parecidas desde o recrudescimento do feudalismo. A liberdade política das cidades-repúblicas

16 QUIRINO, *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade: uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville*, pp. 60 e ss.

17 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 59.

da Idade Média teria entrado em vias de extinção, e em seu lugar apareceria a inclinação pelo governo centralizador dos príncipes.¹⁸ Tudo o que se produzia desde então seria oposto aos princípios da Idade Média, de modo que a Administração do Estado passava a se estender sobre os poderes locais, e os funcionários públicos passavam a substituir os nobres na autoridade estatal. É este processo da modernidade que a Revolução Francesa tentaria radicalizar. Uma vez o sistema feudal abolido, as classes se interpenetram, a aristocracia se abre, a riqueza vira poder e a reivindicação da igualdade perante a lei se torna a mais ardorosa de todas as reivindicações sociais.¹⁹ Mais uma vez, o espírito e o movimento da Revolução Francesa já estavam inscritos no tempo, mas ninguém os teria percebido de forma aguda.

Por isso Tocqueville se pergunta: qual seria a obra peculiar da Revolução? Segundo o autor, ela não metodizou a anarquia, mas aumentou os poderes da autoridade pública. Não alterou o progresso ou a essência da história do Ocidente, mas aboliu de vez instituições políticas feudais que dominavam por séculos, em favor de uma nova ordem mais uniforme e simples, baseada na igualdade de condições. Isto bastou para a incrível reviravolta que se operou no sistema político, mas levou também a se considerá-la maior do que era. Onde parecia destruir tudo, na verdade estava igualando e conformando as instituições e os homens. Ela só abreviou um processo que já se encaminhava. Conforme Tocqueville²⁰, Burke não teria percebido que a Revolução Francesa queria abolir a antiga lei comum do feudalismo europeu, para colocar de vez todos em pé de igualdade de condições. Diferentemente do que ocorrera na Inglaterra, onde a cristalização da modernidade se operara com a economia do terror francês e em conjunto, não em oposição, com a Igreja.²¹

18 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 61.

19 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 62.

20 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 64

21 Vale destacar aqui que Burke olvidara, convenientemente, a sangrenta Revolução Puritana, de 1640. O processo total da Revolução Inglesa, portanto, não economizara propriamente o terror, mas, de fato, tanto em 1640 quanto na Revolução Gloriosa, de 1688, a religião fora protagonista tanto das posições mais conservadoras quanto das mais radicais.

No tocante à questão da religião, o teórico francês assevera que o objetivo fundamental da revolução em seu país não era destruir o poder religioso, nem enervar o poder político, afinal seus princípios não contradiziam os do cristianismo. Os revolucionários antes atacavam os religiosos porque estes eram grandes proprietários, senhores, dizimadores e administradores no Antigo Regime.²² Na realidade, a Revolução Francesa teria se inspirado à maneira dos princípios religiosos, pois também tinha pretensões universais, promovendo a defesa de uma cidadania cosmopolita.

Mais adiante em sua argumentação, o autor retoma o fato de que as revoluções científicas desde o século XVI teriam começado a separar as falsas das verdadeiras tradições cristãs. Mas Tocqueville assevera que os vícios da Igreja neste país eram até menores do que em outros, por isso a causa da irreligiosidade só poderia estar na sociedade: a Igreja se configurava como obstáculo à revolução política na medida em que ela representava mais do que qualquer outra instituição a tradição e a autoridade acima da razão individual.²³ Além disso, a Igreja parecia o flanco mais vulnerável de tudo o que os revolucionários atacavam: durante o Antigo Regime, enquanto o rei se fortalecia com o interesse centralizador da burguesia, a nobreza e o clero perdiam poder.

Neste contexto, Tocqueville escreve, na introdução de *A Democracia na América*, que, se a religião passa a ser excluída, a ligação entre os homens deveria se dar pelo reconhecimento mútuo da igualdade, pelo reconhecimento de que uns precisam dos outros.²⁴ Mas na França o processo revolucionário teria jogado fora as antigas instituições. A força passaria a ser a única garantia de autoridade, e o desejo de igualdade tornara-se desejo de se querer ter mais do

A Bíblia servira de fonte de legitimação também para as propostas revolucionárias e mesmo republicanas na Inglaterra (HILL, *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*, pp. 277 e ss.). Mais sobre estas considerações poderá ser encontrado na parte final deste texto.

22 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 54.

23 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 142.

24 TOCQUEVILLE, *A Democracia na América*, p. 16. Neste ponto é possível ver também em Tocqueville algumas antecipações de considerações hoje caras à teoria do reconhecimento no que diz respeito à sua ligação com a democracia, no âmbito do desenvolvimento atual da Teoria Crítica.

que o outro. Eis aí o fim do liame que uniria as opiniões aos gostos (a nobreza) e os atos às crenças (a religiosidade).²⁵

No fim das contas, a despeito das possíveis afinidades entre os ideais revolucionários e o cristianismo, a irreligiosidade teria marcado a fisionomia mais terrível da Revolução Francesa: da crença em Cristo, os herdeiros da revolução teriam transitado para a crença em si mesmos. O cristianismo teria tudo para ser compatível com a democracia, mas ela lhe fora ingrata. Por isso, a Igreja teve de maldizer a liberdade e a igualdade. E por isso também, entre outras coisas, a ciência, outro fruto do Iluminismo, preocupar-se-ia com o útil, mas não mais com o justo.²⁶

Segundo Tocqueville, os Estados Unidos seriam um exemplo para os franceses porque teriam conseguido, diante do avanço inevitável da democracia, extrair dela suas vantagens, evitando suas desvantagens, ao contrário do que teria ocorrido na França.²⁷ Os ideais democráticos teriam emigrado para a América do Norte, mas podendo lá conviver com os costumes, com a religião e com o respeito às leis.

O fato de a revolução em França ter derrubado leis civis e religiosas ao mesmo tempo teria levado ao desequilíbrio e ao abismo do espírito humano, culminando na loucura do terror revolucionário de uma raça de indivíduos que, segundo Tocqueville, ainda sobrevivia espalhada pelo mundo no século XIX.

Considerações finais

Tocqueville e Burke concordam em afirmar que tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, países que também experimentaram revoluções burguesas, anteriores até do que na França, a irreligiosidade não teria feito parte dos processos de transformação social, antes a religião estaria no olho do furacão das mudanças. Embora muitos dos revolucionários franceses acreditassem se inspi-

25 TOCQUEVILLE, *A Democracia na América*, p. 17.

26 TOCQUEVILLE, *A Democracia na América*, p. 18.

27 TOCQUEVILLE, *A Democracia na América*, p. 19.

rar na Revolução Americana, um norte-americano diria que uma sociedade livre e civilizada não poderia prescindir da religião. Tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, mãe de suas idéias liberais, teria vingado o Iluminismo, mas não a irreligiosidade, pelo contrário, a Igreja permaneceria no poder e estaria até nas bases do republicanismo.²⁸ À semelhança de Burke, Tocqueville lembra que os incrédulos na Inglaterra foram abafados e em pouco tempo esquecidos.

É curioso notar que mesmo entre os autores do republicanismo inglês, como James Harrington e John Milton (este representante de sua expressão mais radical), a religião cristã enquanto fonte de interpretação da política e da lei natural não é abandonada, diferentemente do que ocorrera no republicanismo de língua francesa, cujo maior representante, Rousseau, inspirador (ainda que, segundo Burke, teria sido a contragosto) da Revolução Francesa, afastara, no lastro do republicanismo de matriz maquiaveliana, a referência cristã para a análise, a propositura e o julgamento de ações políticas.

O historiador Christopher Hill²⁹ analisou o papel desempenhado pela Bíblia no contexto revolucionário inglês do século XVII. Ele destaca que no caso inglês havia duas grandes diferenças em relação à França: em primeiro lugar, a Inglaterra carecia de intelectuais que, antes da explosão revolucionária, inspirassem os motivos teóricos das transformações; em segundo lugar, a propagação do protestantismo naquela ilha, desde o século XVI, disponibilizara o acesso à Bíblia para toda a população. Neste sentido, como a Bíblia já não era privilégio da autoridade eclesiástica, mas compartilhada por todos, não era preciso se opor a ela para defender os interesses revolucionários, bastaria interpretá-la conforme estes interesses, valendo-se de vários exemplos e anedotas nas Escrituras que sustentariam o regicídio, o poder soberano do povo, entre outros ideais revolucionários. A religião, então, ao invés de grande rival pura e simplesmente da revolução, foi o campo privilegiado e central da disputa política na Inglaterra do XVII.

No contexto revolucionário inglês, o religioso Milton apoiou o Exército de Cromwell, cujo furor sanguinário poderia ser comparado aos assassi-

28 TOCQUEVILLE, *O Antigo Regime e a Revolução*, p. 143.

29 HILL, *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*.

natos de Rômulo, elogiado por Maquiavel, com o fito de instalar a República. É de natureza semelhante o enfrentamento da problemática do tiranicídio pela literatura política protestante, pois sua defesa, muito embora configure um pecado à luz dos mandamentos cristãos, é não só uma faculdade aberta ao povo pelo direito natural, que lhe permite recobrar a qualquer tempo sua liberdade depondo o antigo e elegendo um novo magistrado ou um conselho de representantes, como um dever cívico.³⁰

Milton também confronta a doutrina da eleição divina dos reis. Para ele, ao contrário, o ungido de Deus não é o rei, mas o povo.³¹ A exemplo de Maquiavel, em Milton a virtude, na realidade, está na disposição do povo de salvaguardar sua liberdade, mesmo que para tanto precise pegar em armas e expulsar seu monarca. Eis o potencial revolucionário do republicanismo puritano inglês do século XVII.

De fato, a Revolução Inglesa ainda não incorporara completamente os ideais iluministas que se difundiam pela Europa Ocidental, segundo os quais a razão e a ciência deveriam se sub-rogar em lugar da religião como novos fundamentos de legitimidade do poder. Os ingleses, como ensina Burke, encontraram uma solução intermediária: entre o domínio da tradição, ancorada na nobreza e no clero, e o heroísmo da razão iluminista burguesa. Esta solução, para Burke, seria a base da força, estabilidade e durabilidade do império inglês mundo afora.

Mas talvez tenha escapado a Tocqueville e a Burke uma diferença importante entre a religiosidade dos países anglo-saxões e a encontrada na França e que foi destacada acima com o auxílio da obra de Hill e uma rápida consideração das posições políticas de John Milton. Pois as experiências religiosas revolucionárias nos países de língua inglesa tinham um pano de fundo protestante, mais especificamente puritano e presbiteriano, e não católico. Weber³² mostraria mais tarde que o protestantismo não seria avesso ao capitalismo (e, por extensão, aos interesses revolucionários da burguesia). Pelo contrário, seria favorável ao seu desenvolvimento.

30 Não depor um tirano é motivo para se amaldiçoar um povo (MILTON, *Escritos políticos*, p. 44).

31 MILTON, *Escritos políticos*, p. 176.

32 WEBER, *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*.

Poder-se-ia objetar, contudo, que, apesar de ter sido o berço do protestantismo, a Alemanha não experimentara a revolução burguesa até o final do século XIX (e mesmo então desvirtuada dos moldes democráticos – bem ou mal – de seus pares anglo-saxões e francês). Mas Hegel³³ mostra que faltavam outros requisitos para a revolução ter se operado na Alemanha, sobretudo o fato de que o país ainda não centralizara sua Administração Pública, ainda não era, como a França e a Inglaterra pré-revolucionárias, um Estado-nação sob uma monarquia absolutista.

A título de conclusão, no entanto, cumpre voltar a atenção mais para o que foi escrito do que para o que não foi escrito por Burke e Tocqueville. No que diz respeito especificamente ao tema da religião relacionada à revolução, é interessante notar que Burke destaca mais os aspectos de estabilidade e continuidade social que os preconceitos religiosos imprimiam na sociedade inglesa. Talvez seja por isso que o autor tenha olvidado em seu livro, convenientemente, o processo sangrento da Revolução Puritana de 1640, na qual a religião, entretanto, já figurava como central na disputa política. O texto de Burke quer destacar que a religião não permitiu que na Inglaterra tomassem lugar as abstrações da razão, que desprezam, conforme ele, o caráter sagrado da vida humana. E nesta medida, embora tenha encontrado fenômenos parecidos entre as Revoluções Inglesa e Francesa, como no caso da evolução da economia política e da centralização do poder da Administração Pública, considera que a segunda não fora a continuidade e o aprofundamento da primeira, e por isso não tinha o que ensinar aos ingleses. Na verdade, a Revolução Francesa seria uma aberração, o exemplo a ser evitado, a prova de que, sem os preconceitos do espírito de cavalheirismo e da religiosidade, mesmo o liberalismo, de que o autor era partidário, perderia seus traços fundamentais.

Tocqueville se aproxima de Burke quando afirma que a religião tem muito a contribuir para o liberalismo. Da mesma forma como o irlandês, Tocqueville considera que a nobreza e o clero deveriam participar do processo de transformações sociais por que passava a França, para “educar” a democracia e evitar o aprofundamento de seus traços de barbárie, bem como para impedir que ela

33 HEGEL, *La Constitución de Alemania*.

continuasse a despontar a perda da liberdade que sucedera os primeiros anos revolucionários. Mas o francês afirma que a democracia é um processo irresistível. Portanto, fora do âmbito de suas sugestões e preferências políticas, para o autor, a democracia, neste sentido, aparece como o essencial do devir da história, não a religião. A religião é, na melhor das hipóteses, o acidental desejável, que deveria, ao menos nos primeiros anos de educação da necessidade de reconhecimento mútuo entre os homens, caminhar ao lado da democracia, e uma vez alcançado este reconhecimento, ele provavelmente se tornaria secular com o tempo. Desta forma, em sua obra, as experiências revolucionárias de Inglaterra, Estados Unidos e França, na medida em que (bem ou mal) apontavam em direção à democracia, fazem parte sim de um mesmo processo, apesar de terem desencadeado articulações bem distintas com a religião.

Religion and Revolution in the major works of Edmund Burke and Alexis de Tocqueville

Abstract: This paper aims at discussing the relations between religion and revolution according to Edmund Burke's and Alexis de Tocqueville's considerations on the unleashing of the French Revolution. There is a rare dialog between both authors made by the French thinker, mainly in his book *The Old Regime and the Revolution*. Nonetheless, I intend to deepen this dialog. This procedure will make it possible to review the comparisons – between the English and the French Revolutions – made by both authors and the distinct role played by religion in each process. Finally, I try to identify the main proximities and distances in the analysis of both authors on the theme.

Keywords: Religion – Revolution – Burke – Tocqueville.

Referências bibliográficas:

- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- HEGEL, G. W. F. *La Constitución de Alemania*. Madrid: Aguilar, 1972.

- HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HUME, David. *Ensaaios morais, políticos e literários*. Tradução de Pedro Paulo Garri-do Pimenta e Márcio Suzuki. *Mimeo*, 2006.
- MILTON, John. *Escritos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- POCOCK, J. G. A. “A economia política na análise de Burke da Revolução Francesa”. In: POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- QUIRINO, Célia Nunes Galvão. *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade: uma análise do pensamento político de Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- . *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.